



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **0011753-51.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Manoel Benedito Ribeiro Nunes**
 Requerido: **Fazenda do Estado de São Paulo**

CONCLUSÃO

Em 29 de julho de 2013, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dr^a. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Rosa Sueli Maniéri, Esc. Subsc.

VISTOS.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de Antecipação dos efeitos da tutela proposta por **MANOEL BENEDITO RIBEIRO NUNES**, contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, alegando em síntese: (i) ter sido proprietário da motocicleta Honda CH 125 Titan , placa CFD 2589, Renavan 719125502 até maio de 2002 quando a vendeu; (ii) visando à transferência do veículo para o novo proprietário, providenciou o bloqueio da documentação da moto junto ao DETRAN-SP, já que à época dos fatos não havia a exigência de comunicação imediata da venda do veículo à CIRETRAN, mas apenas a possibilidade de bloqueio; (iii) que mesmo com o bloqueio que recai sobre o veículo, o novo proprietário não efetuou a transferência e não vem pagando corretamente o IPVA, licenciamento e seguro obrigatório o que acarretou na inclusão do nome do autor junto ao CADIN ESTADUAL e a inscrição na dívida ativa; (iv) que a inscrição de seu nome no CADIN o impede de resgatar valores referentes aos bônus do programa da nota fiscal paulista e, principalmente, de participar de concursos públicos; (v) ter esgotado todas as alternativas administrativas visando ao cancelamento dos tributos e encargos referentes à motocicleta.

A liminar foi deferida às fls. 18.

Citada, apresentou a Fazenda Pública do Estado de São Paulo contestação às fls. 24/35. Sustentou não ter razão o autor, tendo em vista o disposto no artigo 4º, II, da Lei 6.606/1989, bem como o disposto no artigo 6º da mesma lei e, ainda, o disposto no Código de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

Trânsito Brasileiro em seu artigo 134. Frisou que a simples tradição do bem móvel não tem relevância para a responsabilização do pagamento do IPVA, devendo, portando, o autor responder pelas multas, infrações e renovação do licenciamento anual do veículo. Apontou, por fim, que o bloqueio providenciado pelo autor não implica a mudança da titularidade da propriedade do bem.

Agravo de Instrumento interposto pela Fazenda do Estado às fls. 38/51.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido merece acolhimento.

Já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça que:

“AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO TRIBUTÁRIO - IPVA - PRONTUÁRIO DO VEÍCULO BLOQUEADO NO DETRAN - EFICÁCIA DO BLOQUEIO PARA TAL EFEITO - A cobrança é indevida contra o antigo proprietário, pois o Estado tinha, a partir do bloqueio, conhecimento da transferência do bem. PRETENSÃO DE REPETIÇÃO DE OUTRO DÉBITO DE IPVA, RELATIVO A OUTRO VEÍCULO E DECORRENTE DA EXISTÊNCIA DO PRIMEIRO - Acerca da restituição desse pagamento, indeferido pela sentença, embora o autor tenha interposto embargos de declaração, estes foram rejeitados e não houve irresignação recursal do autor para a segunda instância, de modo que o assunto está precluso. - Sentença de procedência parcial - Apelação da Fazenda Estadual desprovida.” (Apelação nº 0013060-70.2010.8.26.0590, Des. Ponte Neto, j. 09/10/2013) grifei

De acordo com a legislação referente ao IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, ele é lançado em nome do proprietário do veículo, baseando-se nos registros do órgão de trânsito, cabendo ao alienante (antigo proprietário) a comunicação de eventual transferência do bem móvel.

No caso em tela, tem-se que a comunicação com cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade devidamente assinado e datado, não foi feita pelo autor. Contudo, requereu ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, o bloqueio do prontuário do veículo, lançado no sistema informatizado em 08.05.2002, logo após a alienação (fls. 10). Portanto, descabida a partir daquela data a cobrança relativa ao IPVA em seu desfavor, pois era de conhecimento da ré a ocorrência da alienação do veículo, bem como a existência do bloqueio por falta de transferência, conforme consta, inclusive, do documento de fls. 10, no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

campo motivo.

Nesse sentido:

“APELAÇÃO CÍVEL - IPVA e multas – Alienação de veículo - Ausência de comunicação ao órgão de trânsito do Estado – Responsabilidade solidária do comprador e da antiga proprietária do veículo Inteligência do artigo 134, do CTB - Limitação da responsabilidade até a data do bloqueio do veículo - Admissibilidade – Ocasão em que a Fazenda tomou conhecimento da transferência - Recurso improvido”. (Apelação nº 0103391-31.2008.8.26.0053, Rel.^a Des.^a CRISTINA COTROFE, j. 27/07/11) grifei.

Ante o exposto, mantenho a liminar deferida, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e PROCEDENTE o pedido, para o fim de condenar a ré a providenciar o cancelamento dos lançamentos de IPVA, licenciamentos e seguro obrigatório, referentes à motocicleta Honda CG 125 Titan, placa CFD-2589 Renavan 719125502, feitos em nome do autor, bem como a exclusão de seu CPF do banco de dados do CADIN Estadual.

Condeno a requerida a arcar com as custas judiciais, nos termos da lei, bem como honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 700,00 (setecentos reais).

P. R. I.

São Carlos, 06 de novembro de 2013.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

DATA.

Em ____ de outubro de 2013, recebi estes autos com o r. despacho/sentença supra.

Eu, _____, Esc. Subscrevi.